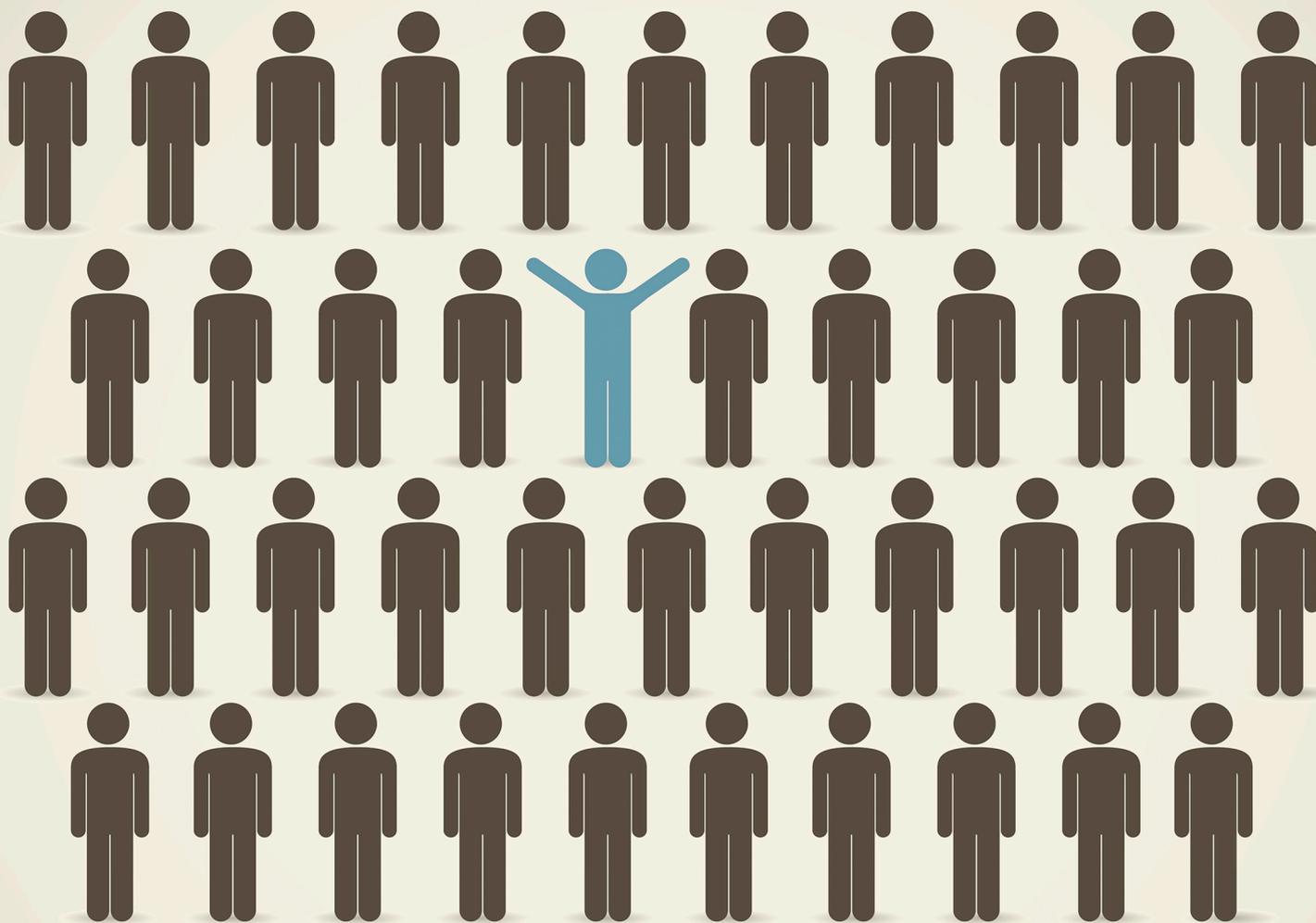


# TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

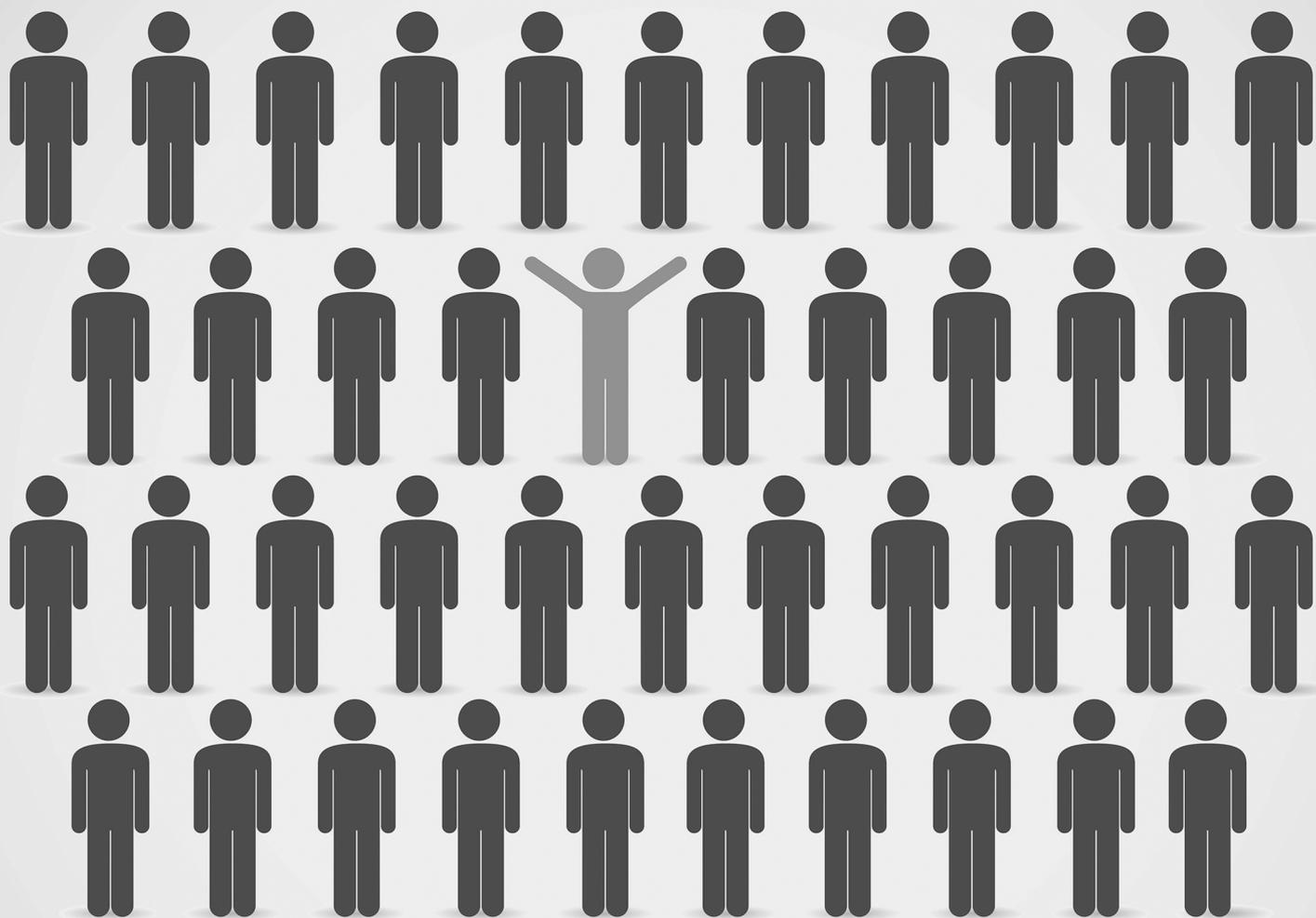
Denise Pereira  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Denise Pereira  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T291	<p>Tendências epistemológico-teóricas das ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-037-7            DOI 10.22533/at.ed.377201405</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Pereira, Denise.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A epistemologia transformou-se numa área relevante para as ciências sociais aplicadas, muitos pensadores e intelectuais têm dedicado parte de seu tempo para refletir este tema complexo e amplo, considerados como os mais importantes críticos, muitas vezes, até radicais no questionamento da ciência e da tecnologia, pois, as mesmas passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Vivemos um momento do triunfo da ciência. Tudo indica que é a civilização científico-técnica que elabora, sob medida, as condições ideais de nossa existência.

Etimologicamente, “Epistemologia” significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme), (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento.

A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico.

De modo geral, este tema é tratado em relação às Ciências Sociais aplicadas como um todo. Mas a ênfase na discussão epistemológica aqui apresentada será aplicada às Ciências Sociais para, a partir de tais análises, ser possível pensar a questão da pesquisa científica na investigação do fenômeno como um todo.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DA FIGURA INFANTIL	
Laísa Gonçalves Borgato	
Marcos José Alves de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3772014051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A INCLUSÃO SOB UM ENFOQUE POLÍTICO	
Sandra Faria Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3772014052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A MIGRAÇÃO NA MÚSICA <i>FOTOGRAFIA 3X4</i> , DE BELCHIOR: ILUSÃO E EXPRESSIVIDADE DO OPRIMIDO	
Alison Menezes Freitas	
José Antonio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3772014053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A PRISÃO PREVENTIVA EM TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA	
Beatriz Ramos de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.3772014054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
ALTMETRIA E COMUNICAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSUNTO PENA DE MORTE	
Ane Caroline dos Santos Melo	
Rosana Rodrigues dos Santos	
Eugenio dos Santos Rocha	
Paulo Vieira Rijo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
ANÁLISE DE RISCO EM SEGUROS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA LÓGICA <i>FUZZY</i>	
Elizabeth Borelli	
Ana Carolina Falcão	
Bruna Dias Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.3772014056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL, PARA O PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL	
Joel da Silva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014057	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
ARTE PÚBLICA: PRAÇA UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA-GO	
Marília Guimarães Rodrigues Janes Cleiton Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3772014058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
CONSTITUIÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO: SINAIS DA IRRESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DA ANÁLISE DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE	
Manoel Cícero Squiapati Seragini Gonzalez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3772014059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE: CONCEITUAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	
Giulia Ferrigno Poli Ide Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
EDUCAÇÃO OU INSTRUÇÃO?	
Vanderlei Souto dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Lucineia Evangelista Gilcélia Martins dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
EXPRESSÕES CIBERNÉTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: APLICATIVOS E REDES SOCIAIS	
Henrique Hugbert de Oliveira Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
FORMAS DE PASTORAL NO BRASIL	
Everaldo José de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
GOLPE DE 1964: INTERAÇÃO, ESCOLHAS E NEGOCIAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS	
Lucas Vieira de Souza Antônio Sérgio Carvalho Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.37720140515</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>175</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>176</b>

## A INCLUSÃO SOB UM ENFOQUE POLÍTICO

*Data de aceite: 04/05/2020*

*Data da submissão: 02/04/2020*

**Sandra Faria Silva**  
UNIVERSIDAD TÉCNICA DE  
COMERCIALIZACIÓN Y DESARROLLO.  
SALTO DEL GUAIRÁ – PY.  
<http://lattes.cnpq.br/0020080660132642>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo realizar uma proposta que possa criar uma sociedade mais equitativa. Inicialmente há uma justificação e a explanação de motivos que comprovam que a inclusão precisa ser vista desde um prisma político. Alguns avanços são reconhecidos e destacados com o objetivo de encará-los como base para outras melhorias e avanços. Feito isso há um resgate e uma visão geral dos principais teóricos que contribuíram para as principais correntes ideológicas que impulsionaram ações coletivas que resultaram em progressos na inclusão social. Embasados com essas teorias inicia-se uma argumentação para comprovar que as instituições de ensino são imprescindíveis para que haja e se mantenha cada ação inclusiva na sociedade. Finalmente ocorre a explanação das propostas que precisam

ocorrer dentro das escolas com o objetivo de desinstitucionalizar a exclusão e os padrões preestabelecidos socialmente. Acredita-se que ações contínuas e contundentes que ocorram dentro das relações sociais possam ir além das teorias e reformar atitudes e valores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Política. Social. Cultura.

### LA INCLUSIÓN BAJO UN ENFOQUE POLÍTICO

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objetivo realizar una propuesta que pueda crear una sociedad más equitativa. Inicialmente hay una justificación y una explicación de los motivos que comprueban que la inclusión necesita ser vista desde un prisma político. Algunos avances son reconocidos y destacados con el objetivo de encararlos como base para otras mejoras y avances. Eso realizado, hay un rescate y una visión general de los principales teóricos que contribuyeron para las principales corrientes ideológicas que impulsaron acciones colectivas que resultaron en progresos en la inclusión social. Embasados con esas teorías iniciase una argumentación para comprobar que las instituciones de enseñanza son imprescindibles para que haya y se mantenga cada acción

inclusiva en la sociedad. Finalmente ocurre la explicación de las propuestas que necesitan ocurrir dentro de las escuelas con el objetivo de desinstitucionalizar la exclusión y los padrones preestablecidos socialmente. Créese que acciones seguidas y contundentes que ocurran adentro de las relaciones sociales puedan ir más allá de las teorías y reformar actitudes y valores.

**PALABRAS CLAVE:** Inclusión. Política. Social. Cultura.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ver a inclusão social sob um enfoque político deveria ser um procedimento padrão. Afinal, não há como falar de inclusão social sem falar de políticas públicas.

Vive-se um momento em que é possível constatar que vários avanços nesse campo já foram conquistados. Mas, é imperativo que se continue o processo de adequação e criação de espaços sociais inclusivos que possam propiciar alternativas viáveis para o convívio social das diversidades.

As ações coletivas por parte de organizações sociais é o que permite enxergar as práticas inclusivas sob um enfoque político. Essas ações vão mais além das ações filantrópicas muitas vezes desenvolvidas por meio de organizações não governamentais.

O presente artigo além de apontar o enfoque político da inclusão, também lança mão de vários teóricos que compõem as principais correntes ideológicas que contribuíram até o presente momento para ações inclusivas.

Este documento trata de propor ações mais profundas e mais contundentes por evidenciar o papel importante da escola em ações sociais inclusivas. A educação inclusiva pode corroer e desfazer processos excludentes. Esse processo vai impactar desde dentro das relações sociais, e dessa forma, concretizar ações inclusivas e ir mais além de regras institucionalizadas por transformar atitudes e valores.

A seguir, todas essas etapas são explanadas e desenvolvidas com embasamento teórico. Acredita-se que essas reflexões e propostas possam contribuir para a equidade social.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A inclusão e as políticas públicas

Falar sobre políticas inclusivas significa falar sobre a organização social e política que deveria viabilizar os direitos individuais da população. Há de se reconhecer que houve avanços significativos produzidos pela democratização social, muitas vezes impulsionada por movimentos de direitos humanos. Porém,

faz-se emergente a construção de espaços sociais inclusivos e com alternativas para o convívio da diversidade.

A facilidade que a cultura tem de englobar a diversidade que a compõe passou a ser considerada como um critério de avaliação de sua evolução, principalmente em épocas de intolerâncias muitas vezes fundamentalistas e de todas as ordens.

Considerar a inclusão como uma política só é possível por meio da participação de ações coletivas por parte da sociedade. Dessa forma, os que são considerados como marginalizados logram não somente um emprego e renda, mas também uma vivenda descente, facilidades de ordem cultural e social, bem como acesso à educação e saúde.

Essa ação vai mais além do trabalho filantrópico realizado por diversas ONGs, pois exige constantemente a participação do poder público por meio de projetos preventivos de ordem econômicos e em nível federal.

Essas políticas citadas, não têm por objetivo anular as ações propagadas pelas ONGs e nem mesmo competir com elas. Pelo contrário, ambas as ações são imprescindíveis para que o desenvolvimento político da inclusão ocorra.

## 2.2 Correntes ideológicas e a inclusão

Olhando para trás, nas últimas décadas pode-se notar que houve um lento avanço de aceitar as diversas camadas da sociedade em momentos de decisões políticas, até mesmo na organização e disponibilização de recursos governamentais.

Dessa forma, é possível afirmar que haverá um período em que os líderes e as instituições tentarão manter uma boa imagem social por defender os interesses das classes excluídas. Ao mesmo tempo, as muitas organizações sociais, ao adquirir conhecimentos e habilidades para defender suas causas publicamente, vão conquistar cada vez mais autonomia e capacidade de direcionar melhor seu futuro e o processo de evolução social.

Via de regra, os especialistas sociais se agrupam em três vertentes ideológicas falando-se de intervenções visando mudar estruturas sociais. No começo do século XX, podemos citar a ideologia marxista que tinha como base a tomada do poder por meio da força. Passados cem anos, o fim da União Soviética e a falência do socialismo (considerando todas as perdas sociais devido ao nivelamento social forçado bem como os estragos causados pela industrialização), surge a necessidade de rever criticamente os métodos de aplicação dessa ideologia.

Outra tendência ideológica voltada à reforma, porém sem lançar mão de movimentos de revolução social, tinha por objetivo uma mudança por meio da educação dos grupos segregados, para que estes pudessem se beneficiar de situações oportunas e dessa forma produzirem sua ascensão social. Considerando-se sua situação econômica desfavorável e o sistema de acumulação de capital, fica

claro que essa proposta se baseava em uma ideologia ilusória, principalmente por não considerar a evolução da demanda de mão de obra de trabalho e o progresso tecnológico.

Uma terceira ideologia que conquistou muitos adeptos, inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dá destaque a um sistema de tributação progressiva. Os países ricos possuem uma alíquota de 50%, e às vezes até mais que esse percentual, de imposto de renda considerado com usual, no Brasil continua com 27,5%. A Taxa Tobin voltou a estar vigente, algo parecido com a CPMF, que é aplicada a transações internacionais, e que se deveriam usar seus rendimentos para projetos sociais em países subdesenvolvidos.

A referida tendência ideológica, bem como a anterior, se vê tolhida por uma questão de poder, ou seja, na viabilidade e no desejo do Estado de aquiescer aos levantamentos sociais e aplicar um regime tributário mais equilibrado dos recursos públicos.

Ante esse desafio tão complexo e com tantos elementos intervenientes, pode-se afirmar que certamente não há uma chave mestra para resolver essa situação. Uma sociedade realmente democrática necessita ser construída por meio de um longo e penoso processo por causa das constantes resistências das autoridades conservadoras que mantêm as estruturas de poder.

Dessa forma, como se pode lutar contra todas as adversidades econômicas que têm levado à exclusão social, e assim, impedindo os pobres o acesso a um trabalho bem remunerado, a uma vivenda descente e aos cuidados de saúde, educação e lazer?

Uma quantidade considerável de gestores municipais tem conquistado progressos no desenvolvimento da equidade social por meio da fusão de programas que têm por objetivo o resgate social.

Programas políticos de cunho habitacional são relacionados a programas que visam gerar renda e labor por meio de cooperativas mantidas pelo microcrédito e constantemente renovadas por meio de processos de capacitação profissional. Concomitante a isso, os grupos segregados são orientados a exercer sua cidadania, por meio de programas educativos, e muitas vezes alfabetizadores, e também pela criação e manutenção de encontros para recreação e produção de artesanato.

Há dois campos de desenvolvimento que englobam todo o trabalho realizado nessa referida proposta social: o saber e o fazer. Os conhecimentos específicos precisam sempre estar atrelados à compaixão, à ética, à responsabilidade e ao compromisso com o bem-estar coletivo e à equidade social.

O saber engloba a aquisição dos conhecimentos gerais sobre o estudo e os debates relacionados a temas sociais contemporâneos, que para o qual se faz essencial estudar a história para entender os processos de criação e recriação

cultural e seus reflexos na personalidade das pessoas.

Apenas elaborar teorias e projetos transformadores não é suficiente. Para que haja resultados significativos é imprescindível unir a aprendizagem cultural com elementos de ação coletiva, experiências sociais e políticas públicas transformadoras. Os referidos projetos precisam ser disponibilizados a todas as camadas da sociedade para que possa ocorrer uma melhoria na compreensão, na elaboração e na construção de valores e práticas sociais. Outro elemento se torna de suma importância é o desenvolvimento da capacidade de avaliar adequadamente as propostas do poder público às demandas sociais referentes ao exercício da cidadania.

A aquisição de conhecimentos e a elaboração de ações coletivas devem ser norteadoras para os programas de inclusão social. É preciso ir mais além dos conhecimentos setorializados. É necessário aplicar uma abordagem que privilegie o pensamento sistêmico por meio de equipes que sejam interdisciplinares e por meio da troca de experiências com profissionais que possam capacitar os incluídos nos programas a participarem ativamente de conselhos, parcerias, grupos de trabalhos, fóruns, ou seja, atuar em contextos sociais que possam contribuir a mudanças e transformações inclusivas.

A inclusão social vista desde essa vertente, passa a ser mais que uma obrigação política governamental, ou de um grupo específico de pessoas com alguma diferença, para ser uma questão elementar de toda a sociedade.

Estabelece-se um paradoxo ao comparar a realidade social de exclusão com os crescentes programas de sustentabilidade e viabilização da igualdade. É claro que não se pode diminuir a importância das ações das instituições que disseminam essas ideologias, porém, paralelo há isso se pode notar que também existem instituições criadas para estabelecer regras sociais de interação, reforçar ideologias discriminatórias, classificar e hierarquizar cidadãos considerando suas diferenças. Nesse contexto, as pessoas com algum tipo de deficiência ou socialmente classificadas como páreas sociais passam a ser classificadas como excluídas da sociedade.

A escola é uma instituição que constantemente é impelida a construir pontes inclusivas. Por fazer parte dos elementos culturais e dessa forma sociais, precisa lidar adequadamente com a diversidade de sua clientela. Clientela esta que se apresenta como aprendizes da cidadania e que não desejam apenas o direito de expressão, mas também que suas diferenças contribuam para se exercer a cidadania e dessa forma criar aos poucos uma sociedade mais justa.

Há uma gama de teóricos, técnicos e políticos que convergem seus esforços para contribuir no processo de construção de uma educação inclusiva que possa realmente lidar com as tamanhas transformações que esse processo necessita.

Uma educação realmente inclusiva precisa desinstitucionalizar os processos excludentes, ocorridos nas instituições de ensino ou em qualquer instituição social. Dessa forma, para que uma política inclusiva possa ser efetivada e durar ela precisa atuar dentro das relações sociais que concretizam as ações excludentes e ir mais além de regras institucionalizadas, precisa transformar atitudes e valores.

### 2.3 Constatando a exclusão para buscar a inclusão

A desigualdade e a exclusão são realidades sociais. Esses dois processos fazem parte do que é chamado de “sistema de hierarquização social”. Porém, cada um desses processos tem características ímpares. A desigualdade é um elemento sócio-econômico é caracterizada por uma “integração subordinada” e tem como seu maior teórico Karl Marx. Já a exclusão, com as teorias de Foucault, ocorre por meio de decisões, expulsões e eliminações de grupos segregados, assim sendo “freqüentemente informada por características sócio-culturais” (STOER e CORTESÃO, 1999, p.15).

Mas, é notável que a desigualdade pode permitir a integração submissa, porque ela permite que o grupo dominante coexista com o grupo submisso no mesmo contexto social, desde que se mantenham as relações de dominação e submissão. Agora a exclusão tem um caráter mais permanente, pois, segundo Stoer e Cortesão (1999), ocorre baseada em padrões e regras construídas de formas arbitrárias dentro do que é considerado como normal ou aceitável. Aquele que transige esses padrões e regras é eliminado do convívio social.

Os problemas sociais e culturais relacionados à desigualdade e a exclusão que ocorrem dentro e fora da escola, precisam ser trabalhados minuciosamente por meio da educação formal e da educação informal por meio de um currículo integrado nas instituições de ensino.

Podemos citar vários desses problemas, como por exemplo, o preconceito racial, o respeito às diferenças, a discriminação étnica, o preconceito de gênero, a exclusão dos que tem necessidades especiais e assim por diante. Devido a essa constatação, é imperativo abrir as instituições de ensino a essas questões a fim de reintegrar os segregados.

Essa reintegração precisa ser vista como um processo de abertura de um espaço ou realidade social para que as pessoas possam ser consideradas pertencentes a um grupo. Pertencentes no sentido de poder ter poder de decisão, ter o sentimento de fazer parte do grupo, participar da convivência, sendo que seus desejos, necessidades, vocação, anseios, façam parte do grupo.

A pessoa reintegrada consegue participar de qualquer realidade social, seja escolar ou não. A educação inclusiva é o meio que pode construir essa realidade social que muitos consideram como utópica.

Para realmente incluir não se deve criar um micro-espço para um determinado grupo à parte. A escola que tem por objetivo ser inclusiva não é apenas aquela que não expulsa alunos com necessidades especiais. Mas sim aquela que recebe esse tipo de alunos sem classificar ou seriar sua clientela. A inclusão social citada neste artigo não se limita à inclusão de alunos com necessidades especiais, mas também alunos com realidades sociais diversas.

A referida inclusão não se limita a adequação dos espaços físicos e mobílias, mas principalmente a questões pedagógicas como adequar os processos de ensino e aprendizagem respeitando as diferenças e individualidades tais como ritmo e limites momentâneos.

Enfim, a real inclusão precisa aceitar a participação de todos dentro das realidades sociais. Ela está diametralmente oposta à segregação de qualquer ordem, seja de pessoas com necessidades especiais ou educacionais, algum tipo de déficit mental ou físico, particularidades econômicas, étnicas, raciais ou regionais.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já ficou mais do que claro que a inclusão social faz parte das políticas públicas. Não é possível dissociar a inclusão do conceito político. Porém, como foi explanado, estamos diante de um desafio extremamente complexo, ou seja, reintegrar pessoas segregadas à realidade social.

Essa reintegração precisa ser real no sentido de propiciar o poder de decisão, criar o sentimento de pertencer à sociedade na qual está inserido, participar da convivência, tendo seus desejos, necessidades, vocação e anseios respeitados.

É claro que não há uma resposta pronta ou projeto que possa resolver essa situação como se fosse uma panacéia. Uma realidade social realmente democrática precisa ser construída durante um longo período de tempo, porque sempre há resistências por parte das classes conservadoras que visam reforçar as estruturas de poder.

É por isso que apenas elaborar teorias não traz resultados eficientes. Para que possamos esperar resultados satisfatórios é preciso unir as teorias às ações coletivas, experiências sociais e políticas públicas reformadoras.

Os projetos sociais precisam englobar todas as classes sociais para que possa ocorrer um progresso na compreensão, elaboração e construção de práticas sociais mais equitativas.

É preciso capacitar as classes segregadas a avaliar adequadamente as propostas do poder público às suas demandas sociais e a exercer adequadamente sua cidadania. Para isso, é preciso ir mais além dos conhecimentos setORIZADOS. É

preciso aplicar uma real visão de integração, uma que possam utilizar o pensamento sistêmico por meio de equipes interdisciplinares e trocas de experiências com profissionais que capacitem os incluídos em programas sociais a participar ativamente em ações coletivas e dessa forma contribuir com as transformações inclusivas.

As instituições de ensino têm um papel primordial na efetivação desses objetivos, desde que recebam tanto alunos com necessidades especiais como alunos das mais diversas realidades sociais sem classificá-los ou seriá-los. A escola precisa desinstitucionalizar os processos excludentes por dentro das relações sociais e dessa forma transformar atitudes e valores que vão impactar positivamente na realidade social da inclusão.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2ªed., 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo de educação especial brasileira**. Florianópolis, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Educação Inclusiva**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TOURAINÉ, A. **A Igualdade e Diversidade: O sujeito democrático**. São Paulo, 1999.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adultização 1, 8

Altmetria 46, 47, 48, 49, 58, 59

Aplicação 13, 42, 63, 66, 68, 72, 75, 95, 96, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 130

Aplicativos 135, 136, 137, 140, 141

Arte pública 77, 78, 79, 80, 85, 86

Atores políticos 159, 160, 172

### C

Ciberespaço 135, 136, 137, 141

Civilização 118, 119, 120, 121, 123

Concílio Vaticano II 143, 144, 145, 147, 149, 154, 158

Criminalidade 33, 38, 41, 42, 135, 137, 138, 139, 141

Cultura 7, 11, 12, 13, 18, 21, 23, 78, 83, 84, 85, 123, 146, 148, 151, 152, 175

### E

Educação 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 86, 100, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 134, 146, 158

Encarceramento 31, 32, 33, 34, 42, 44

Erotização 1, 10

Escolhas 159, 160, 172

Estágio supervisionado 125, 126, 130, 132, 133

### F

Faculdade Bagozzi 125, 126, 127, 130, 131, 132

Fenômeno migratório 19

Formação profissional 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133

### G

Golpe de 1964 159, 173

### H

Habeas Corpus 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40

### I

Inclusão 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18

Infantil 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 121  
Instrução 38, 118, 119, 120, 124  
Interação 15, 47, 51, 58, 131, 132, 135, 145, 159  
Internet 5, 8, 48, 135, 136, 137, 138, 142, 174

## L

Lógica Fuzzy 60, 62, 63, 65, 66, 68, 71

## M

Magistério 118, 119, 120  
Método 2, 52, 70, 72, 73, 75, 76, 127  
Música 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 81

## N

Negociações 159, 160, 172, 173

## O

Opressão 19

## P

Pastoral Urbana 144, 152, 153, 158  
Política 11, 12, 13, 15, 16, 18, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 85, 86, 90, 92, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 128, 129, 133, 159, 160, 163, 164, 167, 173  
Política criminal 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45  
Prematuridade 1, 2, 8, 9  
Prisão preventiva 31, 33, 36, 38, 41, 43, 44, 45  
Probabilidades 71, 105, 106, 110  
Processo Ensino-Aprendizagem 125

## R

Representações sociais 77, 84, 86  
Responsabilidade civil 69, 105, 112, 114, 115, 116, 117  
Risco 23, 48, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 71, 146, 153

## S

Segurança pública 32, 45, 135, 136, 137, 138, 140, 141  
Seguros 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71  
Social 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 37, 41, 44, 47, 49, 51, 52, 59, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127,

128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 142, 145, 146, 147, 148, 153, 155, 156

Sociedade 6, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 37, 41, 42, 46, 78, 99, 118, 119, 120, 121, 122,  
123, 124, 127, 129, 135, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157

Supervisão Direta 125, 126, 131, 132

## T

Tráfico de drogas 31, 32, 33, 37, 38, 39, 41, 44

Twitter 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**